



## Mulheres muçulmanas são oprimidas? Ponderações acerca dos discursos que fomentam a hijabofobia e dos sentidos atribuídos ao hijab (véu islâmico) na perspectiva islâmica

### *Are Muslim women oppressed? Deconstructing Hijabophobia and reclaiming the Hijab's multifaceted significance: an Islamic perspective*

Sálua Omais\*

**Resumo:** O véu islâmico (hijab) é um dos artefatos religiosos mais simbólicos do islã. Embora a vestimenta das mulheres muçulmanas se assemelhe àquelas utilizadas por religiões como o cristianismo e o judaísmo, criou-se ao longo do tempo uma estigmatização em torno do hijab, associando-o a estereótipos de submissão e opressão. Contudo, além de uma obrigação religiosa, a vestimenta feminina carrega uma série de sentidos e simbolismos para as muçulmanas. A proposta deste artigo é apresentar, a partir de um estudo teórico-reflexivo, alguns dos sentidos e significados atribuídos ao hijab por mulheres muçulmanas. Dados da literatura sugerem que os sentidos atribuídos véu islâmico extrapolam o contexto religioso, sendo compreendido como um símbolo de respeito, agência, resistência à dominação, empoderamento, dignidade, distinção, proteção, modéstia, castidade, identidade, responsabilidade e pertencimento na comunidade. Ao contrário do estereótipo da opressão, tão propagado por feministas e movimentos políticos ocidentais, o hijab confere autonomia e segurança à mulher, além de ser um símbolo de resistência contra a islamofobia, a hijabofobia e os discursos hegemônicos.

**Palavras-chave:** Islã. Mulheres muçulmanas. Hijabofobia. Islamofobia. Véu islâmico. Hijab.

**Abstract:** The hijab, a central religious symbol in Islam, has been disproportionately stigmatized within global discourse as a marker of Muslim women's oppression – a narrative that contrasts sharply with its multifaceted significance in Islamic theology and lived experience. While modesty practices exist across Abrahamic faiths (e.g., Christian nuns' veiling, Jewish tzniut codes), the hijab uniquely bears the weight of Orientalist stereotypes that reduce it to patriarchal submission. This article challenges such hijabophobic frameworks by centering Muslim women's own interpretations of the hijab through a synthesis of Islamic hermeneutics and sociopolitical critique. Beyond its role as a religious obligation (fard), scholarly analyses reveal the hijab as a polysemic symbol: it embodies piety (taqwa), ethical selfhood, and communal belonging while also functioning as a tool of resistance against Islamophobia, hypersexualization, and colonial hegemonies. Contrary to secular feminist and Western political discourses that frame the garment as inherently oppressive, Muslim women articulate the hijab as a source of agency-enabling autonomy over their bodies, dignity (karamah), and defiance against erasure. By foregrounding these faith-centered perspectives, this study dismantles reductive binaries of "oppression versus liberation" and advocates for intersectional understandings of the hijab that honor its theological, cultural, and emancipatory dimensions.

**Keywords:** Islam. Muslim women. Islamofobia. Hijabophobia. Islamic veil. Hijab.

---

\* Contato: [saluaomais@hotmail.com](mailto:saluaomais@hotmail.com) - ORCID: 0000-0003-0009-7052. Doutora em Psicologia (USP, São Paulo-SP). Estágio doutoral pela Universidade de Cambridge (Reino Unido) e pelo Cambridge Muslim College (Reino Unido)

## Introdução

Uma das práticas religiosas mais sujeitas a julgamentos obscurantistas, distorções e juízos de valor no islã é o uso do *hijab*, a vestimenta feminina que, aos olhos do Ocidente, é um instrumento de opressão. Segundo Bucaille (2012), o islã é objeto frequente de uma “difamação secular”, apontando que os conhecimentos difundidos no mundo ocidental a respeito dos seus dogmas e conteúdos foram sistematicamente apagados, mascarados ou distorcidos. Tais representações, baseadas em informações parciais e pressuposições, contribuíram para a formação de estereótipos que resultam em situações de preconceito e violência, implícita ou explícita, as quais acometem sobretudo o gênero feminino. Diante disso, o objetivo deste artigo é apresentar, a partir de um estudo teórico-reflexivo, alguns dos sentidos e significados atribuídos ao *hijab*, a fim de melhor compreender como a vestimenta é percebida pelas mulheres muçulmanas, uma vez que o desconhecimento sobre os reais sentidos do véu contribui para que discursos dominantes reforcem o imaginário e as representações negativas obre o islã, fomentando a islamofobia e a hijabofobia.

## O *hijab*: conceitos, modalidades e aspectos teológicos

A tradução do termo *hijab* comporta diversos sinônimos, tais como barreira, cortina, aquilo que oculta, que vela e protege. Do ponto de vista simbólico, é uma vestimenta que representa devoção, identidade, modéstia, proteção da dignidade da mulher e obediência a uma ordem divina, e não humana, como muitos acreditam (Lone, 2019). A palavra *hijab* aparece no Alcorão sete vezes, remetendo ao sentido de proteção e de algo que se oculta. O traje das muçulmanas pode ter designs diferentes, os quais variam de cultura para cultura adquirindo nomes análogos, como o *khimar*, por exemplo. O *chador* é também uma das modalidades de vestimenta islâmica, sendo um manto longo que cobre da cabeça aos pés, sendo muito usado em países como o Irã. O *niqab* é a vestimenta popular em países como Arábia Saudita, Síria e Iraque, revestindo todo o corpo, da cabeça aos pés, mantendo somente os olhos descobertos, enquanto que a *burqa*, usada em países como o Afeganistão, veda totalmente o corpo e o rosto. Contudo o *hijab* ainda é a vestimenta mais popular entre as muçulmanas de modo geral, seja em países árabes ou ocidentais, tendo como base a orientação profética que preconizava que as mulheres poderiam deixar o rosto e as mãos descobertas. As configurações do *hijab* hoje são muito variadas, tanto em suas cores e tecidos como no *design*. É importante frisar que, quando falamos de *hijab*, não estamos nos referindo ao véu somente, mas ao conceito como um todo, que envolve a cobertura do corpo feminino, no aspecto físico, e à prática da modéstia e de condutas ético-morais, no aspecto comportamental (Rumaney; Sriram, 2021).

No Ocidente há uma visão de que as mulheres muçulmanas seriam “forçadas” a se cobrir, e muitos acreditam que tal imposição é feita por homens, quando na verdade é um preceito religioso. O Alcorão (24:31) preconiza a vestimenta feminina ao admoestar em seus versículos: “Dize às crentes que recatem os seus olhares, conservem os seus

pudores e não mostrem os seus atrativos, além dos que (normalmente) aparecem; que cubram o colo com seus véus e não mostrem os seus atrativos, a não ser os seus esposos, seus pais, seus sogros, seus filhos, seus enteados, seus irmãos, seus sobrinhos [...]”. Outro versículo menciona “Ó profeta, dize às tuas esposas, tuas filhas e às mulheres dos crentes que (quando saírem) se cubram com as suas mantas; isso é mais conveniente, para que se distingam das demais e não sejam molestadas (Alcorão, 33:59).

Uma das maiores dificuldades, que geram confusões sobre o islã e seus preceitos, são as nuances entre religião e cultura, entre condutas prescritas pela religião e aquelas realizadas discricionariamente pelo sujeito. Nem toda conduta de um indivíduo está alinhada aos preceitos religiosos que ele segue, uma vez que o livre-arbítrio faz com que muitos ultrapassem os limites estabelecidos pela doutrina. O bom trato com as mulheres é um tema bastante enfatizado no Alcorão, o qual preconiza: “E harmonizai-vos entre elas, pois se as menosprezardes, podereis estar depreciando seres que Deus dotou de muitas virtudes” (4:19). Os ensinamentos proféticos deixados por Muhammad, o profeta do islã, também corroboram as prescrições a respeito das mulheres, dizendo: “Os crentes que mostram a fé mais perfeita são aqueles que têm o melhor comportamento, e os melhores de vocês são aqueles que são os melhores para suas esposas” (At – Tirmidhi). O último sermão proferido por Muhammad também reforça esse cuidado, mencionando: “Ó Povo, é verdade que vocês têm certos direitos com as suas mulheres, mas elas também têm direitos sobre vocês [...] Tratem bem as suas mulheres e sejam bons para elas, pois elas são suas parceiras e ajudantes comprometidas”. Esses são alguns dos preceitos doutrinários que visam coibir a opressão e a violência contra as mulheres, e que nem sempre são conhecidos em virtude dos estereótipos cristalizados sobre o islã.

### **Hijab: opressão ou liberdade?**

A hegemonia ditada pelos padrões ocidentais de beleza, em nome de uma suposta “liberdade” de expressão atrelada à exposição do corpo feminino, consistentemente condena o uso do *hijab*, vestimenta típica das mulheres muçulmanas, associando o uso da indumentária à ideia de opressão, subjugação, rigidez ou ignorância a que o sexo feminino estaria submetido. Tais concepções não são exclusivas de um ou outro país, mas estão presentes na maior parte do Ocidente, seja em países europeus (Nieuwkerk, 2006), nos Estados Unidos (Haddad, 2007), no Canadá (Ruby, 2006) e também no Brasil.

Enquanto a opressão no Ocidente é representada por uma vestimenta que oculta o corpo feminino, no mundo islâmico é o oposto, ou seja, é a nudez e a exposição corporal que oprimem e desvalorizam a mulher e seus demais atributos. No estudo realizado por Ruby (2006), participantes muçulmanas relataram que a exposição do corpo feminino em roupas curtas, saltos altos e outros adereços desconfortáveis é muito mais opressiva para uma mulher do que a cobertura do seu corpo. A indústria da beleza, desde os produtos de beleza, cosméticos, roupas, acessórios até tratamentos estéticos, é um dos negócios mais lucrativos que existem no mundo, sendo as mulheres seu maior alvo. A busca pela beleza e sua manutenção possuem um custo alto, não só do ponto

de vista material, como também psicológico e social, impactando relacionamentos e comprometendo, inclusive, a própria vida da mulher.

Se países do Ocidente podem definir os limites da liberdade que melhor lhes atende, por que então criticar países islâmicos que também o definem? Tal reflexão serve para explicitarmos como o colonialismo e o imperialismo ainda continuam exercendo seu poder de dominação e controle sobre o mundo. As ideias francesas se espalharam de forma tão contundente a ponto de influenciar outros países, que também não veem com bons olhos a presença de imigrantes muçulmanos em suas terras. O *hijab* é um marcador visível que leva mulheres muçulmanas a terem que enfrentar olhares e atitudes negativas. Os estereótipos alimentados pela mídia criaram dificuldades significativas, conferindo-lhe representações como a de terrorista, mulher-bomba, mulher oprimida e ignorante. O mesmo já não acontece com aquelas que optam por não utilizar o véu, seja por medo ou por opção, escapando assim de situações de racismo e islamofobia (Ruby, 2006).

Certamente a opressão sobre a mulher não é um fenômeno exclusivo dos países islâmicos, nem um comportamento que se limita ao uso de um tecido. Um outro problema também é pressupor que os casos de opressão presentes em certas culturas sejam uma realidade de todos os adeptos da religião. Logo, se o uso do véu é uma forma de opressão, como denuncia a estereotipização, então por qual razão mulheres muçulmanas, com alto nível de instrução e independentes, que cresceram em contextos liberais em países do Ocidente em vez de estarem sob a influência de uma cultura ou governo islâmico, persistem no uso da vestimenta? Que motivações atraem tantas mulheres a entrar no islã? Esses questionamentos vêm sendo objeto de estudos, tendo em vista que os números contradizem diretamente os argumentos defendidos pelo Ocidente sobre o que se entende por liberdade feminina, despertando ainda mais a curiosidade sobre as motivações que levam tantas mulheres ocidentais, de diversos níveis de instrução e perfis socioeconômicos, a buscarem uma religião que é constantemente retratada como violenta e opressiva (Haddad, 2007, Nieuwkerk, 2006).

Muitas das alegações de opressão feminina disseminadas nos países ocidentais são contraditórias, tendo em vista que as motivações que têm levado mulheres ocidentais a se converterem ao islã aparentemente caminham na direção oposta ao conceito de liberdade defendido pelo Ocidente. Se por um lado se alega insistentemente que o islã oprime as mulheres, restringindo sua liberdade, então por qual razão as próprias mulheres ocidentais optam por seguir a doutrina islâmica e se submetem às suas regras de forma voluntária? A lógica construída pelo Ocidente é algo extremamente impositivo e contraditório, uma vez que, se realmente existe a perda da autonomia feminina, então por que o número de mulheres ocidentais que se convertem ao islã chega a ser até quatro vezes maior do que o número de conversões de homens? Estudo realizado nos Estados Unidos revela que a proporção de mulheres que se convertem ao islã em relação aos homens é de 4:1 (Haddad et al., 2006). Também na Suíça um número significativamente maior de mulheres do que de homens se convertem (*Les suissesses se convertissent plus à l'Islam que les suisses*, 2016). Países como Alemanha, Holanda e Grã-Bretanha também refletem realidades semelhantes.

Esses dados permitem levantar uma série de questionamentos e reflexões. Se o conceito ideal de liberdade e autonomia feminina no Ocidente se resume ao nível de

exposição do corpo, ou ao tipo de vestimenta, então poderíamos afirmar que toda mulher que tem seu corpo à mostra é uma mulher livre? Pode o conceito de liberdade feminina ser tão limitado a ponto de se restringir somente à dimensão física? Se assim fosse, muito provavelmente não teríamos o machismo e a violência, em todas as suas formas e expressões, ainda tão presente em países ocidentais. Como falar de liberdade feminina em uma sociedade moderna que incentiva a servidão implícita por trás da busca desenfreada por alcançar os padrões estéticos culturalmente valorizados e onde os valores atribuídos a uma mulher se confundem com sua beleza e aparência física, tornando sua autoestima dependente quase que exclusivamente de um corpo considerado belo e atraente? E se o requisito para a liberdade de um indivíduo é a liberdade de corpos, por que esse mesmo critério não recebe a ênfase quando se refere a corpos masculinos? É interessante que perspectivas como essas não são consideradas pelas narrativas hegemônicas, mostrando assim que o conceito de liberdade ocidental ainda é restrito e limitado. Embora muitos não compreendam isso, o *hijab* é para muitas muçulmanas um símbolo de liberdade. É uma forma da mulher se libertar dos padrões da moda, da obsessão pela aparência física, da objetificação de seus corpos e da exploração sexual. O argumento da opressão feminina sob o argumento da vestimenta torna-se frágil, contradizendo seus próprios defensores, sobretudo se pensarmos que o Ocidente, ainda que não admita isso, também exerce um controle patriarcal sobre as mulheres ao sensualizar seus corpos nos mais diversos espaços, para o deleite masculino (Droogsma, 2007). Isso é visível em produções artísticas, literárias e no mundo real. Em contextos esportivos é possível perceber isso nitidamente, ao observar que, ainda que pratiquem a mesma modalidade de esporte, a exposição do corpo da mulher em trajes femininos é significativamente maior do que em trajes masculinos. Logo, se a justificativa fosse única e exclusivamente a performance no esporte, ambos, homens e mulheres, teriam uniformes semelhantes, o que geralmente não ocorre.

O caminho para a liberdade no islã passa pelo cultivo de valores, das virtudes de caráter, das boas maneiras, e não somente das aparências. Outro ponto que também deve ser destacado é que o termo “liberdade” inclui a capacidade de um indivíduo fazer escolhas, e isto precisa ser incluído nos discursos feministas. O grande paradoxo é que os sujeitos que alegam que o *hijab* restringe a liberdade das mulheres muçulmanas acabam sendo os mesmos que a limitam, condenando-as por suas próprias escolhas, desrespeitando suas crenças, convicções e visões de mundo, atitudes essas que também se configuram como uma forma de opressão. Essas contradições evidenciam uma imposição imperialista que, como afirma Armstrong (2002, p. 225), “julga compreender as tradições muçulmanas melhor do que os próprios muçulmanos”.

Tais conjecturas são reforçadas ainda mais por conteúdos midiáticos e narrativas viesadas pela ideologia ocidental, que se apropriam de um lugar de fala que, pela lógica, deveria ser ocupado pelas próprias muçulmanas, uma vez que o relato de quem usa a vestimenta contrasta claramente com o discurso propagado pela crítica feminista e pela mídia. Estudos já mostraram que, enquanto o Ocidente insiste em vender a ideia de que o véu islâmico oprime e limita a liberdade da mulher, muçulmanas de diversos países afirmam que, para elas, o *hijab* é um símbolo de força, fé e identidade (Islam; Stannard, 2020). O estereótipo de que as mulheres muçulmanas ficam confinadas em

casa, somente servindo seus maridos, e não tem acesso à educação, nem ao trabalho, ainda é uma imagem comum para muitos. Essa, no entanto é uma representação midiática parcial referente a sociedades ultraconservadoras ou subdesenvolvidas, em que as heranças culturais e patriarcais muitas vezes se sobrepõem aos próprios ensinamentos islâmicos. As diferentes vestimentas islâmicas divergem em razão das interpretações das diferentes escolas teológicas (Zaidi, 2015). Existem também muçulmanas que não aderem ao uso do *hijab* por motivos que vão desde o medo de sofrerem preconceito até a simples vontade de não usar por não se sentirem ainda preparadas espiritualmente para isto.

É também bastante contraditória a alegação de que a vestimenta islâmica feminina seja um dispositivo de opressão se a mesma indumentária, quando utilizada por freiras de algumas denominações cristãs, é vista positivamente como uma forma de devoção, religiosidade e pureza. Enquanto a imagem de uma irmã simboliza paz, mulheres muçulmanas com a mesma vestimenta são associadas ao terrorismo e às guerras. Segundo Choi et al (2021), ainda que o uso da vestimenta tenha sido comum nas religiões cristãs, tal oposição é observada somente com relação ao islã. Os autores realizaram um amplo estudo com 3.797 pessoas, em 25 cidades da Alemanha, constatando uma discriminação significativa contra mulheres muçulmanas, em virtude dos estereótipos e da presunção de que os muçulmanos tenham atitudes e visões retrógradas com relação às mulheres. Contudo, quando tais pessoas interagiam diretamente com essas mulheres, o preconceito diminuía.

### **O aspecto político do banimento e censura à vestimenta islâmica no Ocidente**

Lone (2019) menciona, em seu estudo, alguns relatos históricos que atestam que a invasão do Ocidente aos territórios islâmicos foi um dos fatores responsáveis pela construção da imagem de opressão em relação às mulheres, uma vez que o uso do *hijab* impedia que os invasores vissem o corpo feminino ou que conseguissem satisfazer seus apetites sexuais. O mesmo ocorria com turistas que visitavam tais países e se viam frustrados por não poder contemplar a beleza e o corpo das mulheres, exotizadas e objetificadas pelo olhar estrangeiro. É interessante acrescentar ainda que, em tempos remotos, a indumentária islâmica se tornou um padrão de respeito até mesmo entre não muçulmanos, representando um sinônimo de poder e influência. Armstrong (2002) argumenta que muitas mulheres cristãs, durante a Idade Média, adotaram o véu para ser mais respeitadas pelos homens, pois a sociedade cristã da época as olhava como seres inferiores.

Ao longo dos tempos, essa realidade se inverteu. A pressão dos orientalistas para tentarem convencer os países islâmicos a seguirem os padrões de liberdade vigentes no Ocidente acabou funcionando, sob alegação de que a vestimenta islâmica, além de conferir um *status* de inferioridade à mulher, seria um símbolo de retrocesso tanto para ela como para o país. Infelizmente essa imposição de critérios hegemônicos de “certo” e “errado” fez com que diversas nações islâmicas cedessem à pressão ocidental, abandonando suas práticas religiosas e culturais para se adequar aos padrões da modernidade

e de progresso determinados pelo Ocidente e pela sociedade secular (Lone, 2019). Tal lógica evidencia que a oposição ao islã e aos seus preceitos vai além do alegado propósito humanitário de “salvar” as mulheres.

Ao contrário do que muitos pensam, a rejeição à vestimenta feminina no Ocidente é um projeto que envolve muito mais ambições político-econômicas do que direitos humanos e liberdade feminina. Na realidade, as censuras ao uso do véu no Ocidente são mais um dos frutos do orientalismo, sendo notável que o alvo principal não é a vestimenta em si, mas, sim, o islã. A representação das mulheres muçulmanas como vulneráveis, indefesas, que precisavam ser salvas e liberadas sexualmente faz parte da agenda colonial ocidental para justificar suas guerras e pretensões político-econômicas. A construção de representações que inferiorizam os muçulmanos e a religião islâmica como um todo é um processo histórico que se arrasta há séculos. O que preocupa os governos ocidentais e seus formadores de opinião não é exatamente o que as muçulmanas vestem ou não, mas sim o crescimento progressivo do islã ao redor do mundo, que ameaça interesses hegemônicos. Logo, para tentar conter essa realidade, resta utilizar suas políticas e instrumentos midiáticos para representar de forma mais negativa e temerosa possível a doutrina e seus seguidores, fomentando os estereótipos de violência, opressão, retrocesso, extremismo e terrorismo sobre o islã (Haddad, 2007).

Muitos talvez não percebam o quão invasivo é para as mulheres muçulmanas terem que ouvir o Ocidente lhes ditar o que elas devem ou não vestir, determinando-lhes o que significa ser livre ou não, sem considerar seus valores e perspectivas culturais próprias. Isso fere a liberdade e a dignidade dessas mulheres, comprometendo a autonomia, o livre-arbítrio e os princípios democráticos (Zaidi, 2015). O mito de que “mulheres muçulmanas precisam ser salvas” só será derrubado a partir do momento que o próprio Ocidente respeite seu lugar de fala, dando-lhes voz para que elas, por si mesmas, possam dizer se o *hijab* as incomoda ou não, se as oprime ou não. A atitude egoísta e arbitrária de feministas, governos e da mídia ocidental em assumir um lugar que não é seu, mas sim das mulheres muçulmanas, para condenar suas vestimentas com base única e exclusivamente nos padrões ocidentais de liberdade pode estar sendo mais opressiva do que qualquer outro preceito religioso que elas sigam.

O conceito de liberdade pregado no Ocidente teoricamente não deveria ser parcial. É no mínimo incoerente que a liberdade exista somente para aqueles que expõem seus corpos, mas não para aqueles que desejem cobri-lo. E é ainda mais incoerente que o maior defensor de tais proibições seja o país que mais propagou os conceitos de *liberté, égalité et fraternité*. A França é o país que encabeçou a maior opressão à liberdade dos muçulmanos nos últimos tempos, usando seus valores culturais para se sobrepor a qualquer forma de expressão que não se coadune com sua visão de mundo. Tal postura nulifica e contradiz os princípios que ela mesma defende, denunciando que a liberdade que ela prega não é absoluta, mas sim relativa (Casanova, 2009). Esse é um modelo de dogmatismo e intolerância de um país que não abraça o pluralismo e multiculturalismo presente nas sociedades pós-modernas, mas, sim, um sistema antigo e engessado em um secularismo ideológico (Zaidi, 2015).

Nos Estados Unidos também não é diferente disso. O país prega princípios absolutos de liberdade, porém, suas ações são totalmente opostas aos seus discursos. Segundo

Haddad (2007, p. 262), feministas americanas afirmam publicamente, e sem nenhum constrangimento, que “a cultura americana e seus valores são universais, e por isso deveriam ser impostos a todas as pessoas ao redor do mundo”. Essa é mais uma opressão do imperialismo denunciada por seus próprios discursos. Muitos americanos passaram a enxergar as mulheres de *hijab* também como um “inimigo” declarado de guerra aos EUA, diante da sua recusa em abandonar suas vestimentas para se submeter à pressão americana (Haddad, 2007).

Os estereótipos construídos sobre o islã e os muçulmanos criaram uma série de dificuldades sociais para a vida dessa população. As muçulmanas precisam enfrentar não só a islamofobia como também a hijabofobia, conceitos estes que, apesar de estar diretamente relacionados, se diferenciam pelo fato de esta última ser direcionada diretamente ao gênero feminino, que está mais exposto publicamente em razão da vestimenta (Allen, 2013). Um exemplo disso é a dificuldade que muitas muçulmanas enfrentam ao procurar emprego. Uma metanálise realizada por Ahmed e Gorey (2021) concluiu que uma muçulmana com *hijab* possui uma chance 40% menor de ser empregada do que mulheres que não usam. Esse índice indica uma necessidade urgente de políticas públicas que combatam essas diferenciações. É importante notar que o preconceito vivenciado por uma mulher muçulmana de *hijab* pode ser triplamente maior que de um indivíduo comum, por serem mulheres, muçulmanas e por fazer parte de grupos étnicos ou racializados, como árabes e africanos. Babacan (2022) também constatou, em seu estudo com mulheres britânicas, que aquelas que usam o *hijab* são os maiores alvos da islamofobia, sendo consideradas por algumas pessoas até como analfabetas. O autor destaca um tipo de islamofobia que nem sempre é citada na literatura, as de natureza implícita. Isso significa que nem sempre o preconceito é caracterizado por alguma violência verbal ou física de modo explícito, mas sim por olhares, pela forma de tratamento e por outros sinais e reações não verbais sentidos e percebidos pelo sujeito.

### **Sentidos e significados atribuídos ao *hijab***

Embora seja um preceito religioso, o *hijab* é uma prática presente em culturas diversas, sendo por isto importante identificar e compreender os sentidos que a vestimenta representa em diferentes regiões geográficas. No Canadá, por exemplo, um estudo realizado por Ruby (2006) com grupos focais de mulheres muçulmanas constatou que as participantes enxergavam a indumentária islâmica como uma representação das suas identidades. Na Grã-Bretanha, um estudo realizado por Hopkins e Greenwood (2013) mostrou que muçulmanas britânicas sentem uma maior responsabilidade ao usar o *hijab* em virtude da visibilidade, que por sua vez, as torna também “alvos fáceis”, expondo-as a um risco maior de serem hostilizadas por aqueles que não simpatizam com o islã. Esse é um problema comum no cotidiano daquelas que vivem em países não islâmicos, porém muitas se sentem fortalecidas à medida que conseguem enfrentar essas barreiras. Nos Estados Unidos, uma pesquisa constatou que o uso do *hijab*, segundo mulheres muçulmanas, fornece uma maior sensação de controle sobre seus corpos nas interações sociais, tornando-as imunes à objetificação social. Segundo as participantes do estudo,

o *hijab* incentiva um monitoramento maior sobre o próprio comportamento, preserva relacionamentos íntimos e gera uma maior liberdade das pressões que os discursos dominantes tentam impor sobre o corpo feminino (Droogsma, 2007).

Segundo Nieuwkerk (2006), há diversos sentidos no *hijab*, como a sensação de pertencimento a uma comunidade, de ter uma identidade social, proteção contra a exploração sexual do corpo feminino e valorização da maternidade como um trabalho relevante, ao contrário do que ocorre no Ocidente, onde muitas mulheres são censuradas quando decidem abdicar do trabalho para se dedicar à criação dos filhos. O islã é uma religião estruturada com base em limites e regras bem definidas, que buscam proteger o indivíduo da exposição a relacionamentos incertos e outras transgressões, assegurando direitos relativos à família, ao casamento e às relações de modo geral (Nieuwkerk, 2006).

Um dos questionamentos mais comuns dirigidos a mulheres muçulmanas paira em torno do significado do *hijab* e a razão do seu uso. Algumas respostas serão semelhantes e outras não. O primeiro deles é que o *hijab* não é um simples adereço, mas sim uma prática e obrigação espiritual. A sensação de cumprimento de um preceito religioso traz alívio e conforto para as mulheres, uma vez que a obediência e a entrega aos mandamentos islâmicos é o requisito principal da doutrina. Para as muçulmanas que vivem em países não islâmicos, o cumprimento de uma prescrição religiosa e a premissa de que todo esforço humano será recompensado gera força e resiliência para que elas consigam suportar os desafios (Ruby, 2006).

O conceito religioso mais amplo que envolve o uso do *hijab* está fortemente ligado à modéstia, à castidade e à proteção do assédio masculino (Rumaney; Sriram, 2021; Zaidi, 2015). Embora o *hijab* hoje tenha se inserido no mundo da moda, com diversas marcas especializadas na confecção de diferentes cores, tecidos e designs, o sentido principal da vestimenta está relacionado à modéstia, evitando assim os excessos e o consumismo que a indústria da beleza explora em função da vaidade feminina. Usar uma vestimenta islâmica, em países do Ocidente, é um esforço diário para muitas muçulmanas. O orgulho de ser muçulmana e usar o *hijab* torna-se uma inspiração para mostrar à sociedade que não sentem medo de assumir sua identidade religiosa. Muitas delas associam esse esforço à *jihad*, que, ao contrário do que é popularmente propagado, não é um termo relacionado somente à guerra, mas sim à uma luta pessoal interna diante das dificuldades da vida.

Outro sentido do *hijab*, fortemente relatado na literatura, é o de identidade. A vestimenta islâmica é muito mais do que uma cobertura externa, um pedaço de pano. Ela carrega um simbolismo forte que mistura a identidade religiosa a um senso de pertencimento na comunidade (Droogsma, 2007; Haddad, 2007; Ruby, 2006). Essa identidade não é somente estática, mas, sim, um elemento dinâmico, que também influencia nos comportamentos do sujeito. Hopkins e Greenwood (2013) explicam que as muçulmanas se enxergam não somente como pertencente a um grupo, como também representantes deste grupo, o que faz com que elas monitorem mais seus comportamentos para adequá-los à identidade que carregam, buscando praticar condutas que sejam congruentes com seus valores e crenças. Uma vestimenta religiosa cria no sujeito uma espécie de responsabilidade sobre seu modo de agir, além de gerar credibilidade no meio social, uma vez que as religiões são associadas geralmente a virtudes

como a honestidade, a compaixão, a generosidade e a outras condutas morais e éticas. A identidade como muçulmana proporcionada pelo *hijab* inclui também a satisfação que muitas sentem ao ser reconhecidas por outros muçulmanos (as), confirmando assim o seu pertencimento ao grupo (Hopkins e Greenwood, 2013).

Muitas muçulmanas consideram que o *hijab* realça as qualidades intrínsecas da mulher, dando, assim, um enfoque maior ao caráter do que aos atributos e à aparência física, dando-lhe uma posição de respeito perante a sociedade. Algumas revelam também que a vestimenta torna os relacionamentos familiares mais íntimos e confere uma privacidade maior sobre seus corpos, revelando-os somente àqueles que lhe são mais próximos. A vestimenta islâmica também simboliza liberdade para as muçulmanas, a partir de uma concepção totalmente oposta à ocidental. Para elas, os discursos feministas são limitados e incoerentes, além de também ter um teor patriarcal que se oculta sob os bastidores da imposição da liberdade de corpos femininos (Droogsma, 2007).

Nos últimos anos, diante da oposição declarada de países ocidentais ao islã, o *hijab* ganhou um novo sentido, além do religioso: o aspecto político. A demonização do véu e sua associação persistente à opressão feminina gerou um efeito oposto em muitos países. Muitas mulheres muçulmanas que antes não usavam tomaram a decisão de aderir ao *hijab* em países ocidentais como uma atitude reacionária às tentativas de controlar seus corpos e impor a elas seus valores. Nos Estados Unidos, por exemplo, após os atentados de 9/11, muçulmanas passaram a usar o *hijab* como símbolo de resistência e como uma forma de afirmar sua identidade e autenticidade, e lutar contra os discursos dominantes. A vestimenta, nesse caso, além do propósito religioso, tornou-se uma forma de protesto e de oposição às imposições hegemônicas, conferindo às mulheres uma postura de empoderamento, autonomia, confiança, segurança e força contra um sistema que tenta impor suas regras sobre outros povos (Haddad, 2007; Zaidi, 2015). Desse modo, a decisão de usar o *hijab*, e enfrentar olhares, julgamentos e preconceitos diários acaba sendo um desafio que empodera e fortalece mulheres muçulmanas, derrubando o velho estereótipo de fragilidade, submissão e opressão tão disseminados sobre elas (Al Wazni, 2015).

## Conclusão

O véu islâmico não é uma exclusividade dos muçulmanos e já esteve presente em todas as religiões abraâmicas simbolizando pureza, paz e devoção. Logo, as alegações de que a vestimenta islâmica oprime a mulher ocultam motivações muito mais políticas do que humanitárias, pois, do contrário, freiras e irmãs também seriam alvo deste mesmo discurso. Os sentidos do *hijab* extrapolam o contexto religioso, sendo ele compreendido como um símbolo de respeito, agência, resistência à dominação, empoderamento, dignidade, distinção, proteção, modéstia, castidade, identidade, responsabilidade e pertencimento dentro da comunidade. Ele é também percebido pelas mulheres como um regulador de condutas não islâmicas, motivando a prática de comportamentos éticos e pró-sociais.

A desinformação é um dos alicerces que favorecem a dominação sobre um povo para satisfazer interesses hegemônicos. Por isso, é necessário confrontar e questionar certos

discursos que facilmente se firmam como verdades absolutas na sociedade. Embora pareça um paradoxo, as opressões que as mulheres muçulmanas mais vivenciam atualmente não estão ligadas ao uso do véu, mas sim pela falta de liberdade em usá-lo livremente e sem censuras. A crítica dos defensores da liberdade ao *hijab* como um instrumento de dominação não é simplesmente um ato em defesa dos direitos humanos, mas sim uma tentativa do próprio Ocidente de exercer sua dominação sobre um grupo que se recusa a abandonar seus valores e princípios para se adequar aos valores hegemônicos de uma outra cultura. Atrelar a opressão feminina única e exclusivamente à vestimenta islâmica é ilógico, uma vez que violências e abusos contra mulheres são um problema estrutural e uma realidade presente em diversos países do mundo, inclusive naqueles tidos como “liberais”, sendo uma problemática que independe de cor, raça, etnia, religião ou cultura.

A literatura demonstra evidências claras de que os estereótipos formados sobre os muçulmanos estão muito cristalizados na sociedade. Estereótipos são representações que se fortalecem a partir de suposições ou informações parciais de terceiros, e portanto, só serão fragilizados quando o sujeito tiver um contato direto com o objeto para confirmar ou refutar tais presunções. Há uma série de estratégias para enfraquecê-los, seja por meio da educação, da resistência às informações unilaterais ou exclusivamente midiáticas, da construção de legislações e políticas públicas que conscientizem as pessoas e também por meio de uma maior aproximação desses grupos, dando voz a essas mulheres para que elas falem por si próprias ao invés de ter, além de seus corpos, também as suas vozes oprimidas pelas narrativas dominantes. Aqueles que apontam o *hijab* como um objeto de opressão se contradizem à medida que negam a liberdade de escolha. Afinal, se não pudermos escolher nossas próprias vestimentas, qual seria, então, o sentido da liberdade?

## Referencias

AHMED, S., GOREY, K. M. Employment discrimination faced by Muslim women wearing the hijab: exploratory meta – analysis. *Journal of Ethnic & Cultural Diversity in Social Work*, v. 32, n. 3, p. 115–123, 2021.

AL WAZNI, A. B. Muslim Women in America and Hijab: A Study of Empowerment, Feminist Identity, and Body Image, *Social Work*, v. 60, n. 4, p. 325–333, 2015.

ALCORÃO. Português. Os significados dos versículos do Alcorão Sagrado com comentários. Tradução de Samir el Hayek. 16. ed. São Paulo: Marsan, 2019.

ALLEN, C. Islamophobia. Farnham: Ashgate Publishing, Ltd., 2013.

ARMSTRONG, K. Maomé: uma biografia do profeta. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BABACAN, M. “Were you treated differently because you wore the hijab?”: Everyday Islamophobia, racialization and young Turks in Britain. *Ethnicities*, v. 23, n. 1, p. 64 – 87, 2023.

- BUCAILLE, M. A Bíblia, o Alcorão e a ciência. São Bernardo do Campo: Makkah, 2012.
- CASANOVA, J. The secular and secularisms. *Social Research: An International Quarterly*, v. 76, n. 4, p. 1049–1066, 2009.
- CHOI, D.D.; POERTNER, M.; SAMBANIS, N. The Hijab Penalty: Feminist Backlash to Muslim Immigrants. *American Journal of Political Science*, v. 67, p. 291-306, 2023.
- DROOGSMA, R. A. Redefining Hijab: American Muslim Women’s Standpoints on Veiling. *Journal of Applied Communication Research*, v. 35, n. 3, p. 294–319, 2007.
- HADDAD, Y. Y. The Post – 9/11 “Hijab” as Icon. *Sociology of Religion*, v. 68, n. 3, p. 253–267, 2007.
- HADDAD, Y. Y., SMITH, J., MOORE, R. *Muslim Women in America: The Challenge of Islamic Identity Today*. New York, New York, USA: Oxford University Press, 2006.
- HOPKINS, N.; GREENWOOD, R.M. Hijab, visibility and the performance of identity. *European Journal of Social Psychology*, v. 43 p. 438 – 447, 2013.
- ISLAM, S.; STANNARD, C. R. Meanings of hijab from the wearers’ perspective. *International Textile and Apparel Association Annual Conference Proceedings*, v. 77, n. 1, 2020.
- LES SUISSSESSES SE CONVERTISSENT PLUS À L’ISLAM QUE LES SUISES. *Tribune de Geneve*. [www.tdg.ch](http://www.tdg.ch). 2016. Disponível em: <https://www.tdg.ch/vivre/suisse-convertissent-islam-suisse/story/28138419>. Acesso em 22 abr. 2023.
- LONE, R. A. Hijab in Islam: Liberation or oppression from Islamic and Western perspective. In: *Research Guru*, v. 13, n. 1, p. 526 – 533, 2019.
- NIEUWKERK, K. V. *Women Embracing Islam*. Austin: Un. Texas Press, 2006.
- RUBY, T. F. Listening to the voices of hijab. *Women’s Studies International Forum*, v. 29, n. 1, p. 54–66, 2006.
- RUMANEY, H., SRIRAM, S. Not Without My Hijab: Experiences of Veiled Muslim Women in India. *Hu Arenas*, v. 6, p. 1–24, 2023.
- ZAIDI, T. Hijab, an imperative for dignified social existence. *International Journal of Society and Humanities*, v. 6, n. 1, p. 121 – 130. 2015.

Recebido em: 31/07/2024.  
Aprovado em: 26/11/2024.

Conflito de interesses: Nenhum declarado.

Editor responsável: Patrícia R. Souza.